

RASURAS NA TRADIÇÃO DA ESCRITA DA HISTORIOGRAFIA LITERÁRIA BRASILEIRA OITOCENTISTA: ABREU E LIMA, ÁLVARES DE AZEVEDO, MACHADO DE ASSIS

ERASURES IN THE TRADITION OF THE NINETEENTH-CENTURY BRAZILIAN
LITERARY HISTORIOGRAPHY WRITING: ABREU E LIMA, ÁLVARES DE AZEVEDO,
MACHADO DE ASSIS

Regina Faria¹

Resumo: Neste ensaio, elegemos três autores que, em momentos distintos e por razões diversas, destoam do tom de seus contemporâneos na tentativa de delinear as bases da historiografia literária e as diretrizes para a composição e recepção da literatura brasileira: José Inácio de Abreu e Lima, Manuel Antônio Álvares de Azevedo, Joaquim Maria Machado de Assis. Os textos de Abreu e Lima e de Álvares de Azevedo, coincidindo cronologicamente com a leva dos primeiros estudos de orientação romântica, problematizam o enlace entre ufanismo e nacionalismo, marca norteadora da escrita epocal da produção nacional. Já os de Machado superam tanto a perspectiva romântica quanto a de seus contemporâneos, a geração que se formou a partir das décadas 60 e 70 do século XIX, mas que alcançou uma melhor sistematização de suas ideias nos anos 1880. Nessa fase pós-romântica, sem aderir ao credo cientificista da geração de 1870 que, respaldado em sistemas de pensamento como o positivismo, o evolucionismo, o determinismo, reviu o princípio da cor local, pretendendo desenvolver uma abordagem analítica e objetiva da literatura, o pensamento crítico de Machado de Assis constitui uma “singular ocorrência”, ao defender que a nacionalização das expressões literárias não se configuraria por retratar elementos externos.

Palavras-chave: Século XIX. Historiografia Literária. Abreu e Lima. Álvares de Azevedo. Machado de Assis.

Abstract: In this essay, we elected three authors who, in distinct moments and for different reasons, diverged from their contemporaries' tones in their attempts to delineate the basis for literary historiography and the guidelines for the composition and reception of Brazilian literature, namely José Inácio de Abreu e Lima, Manuel Antônio Álvares de Azevedo, Joaquim Maria Machado de Assis. Abreu e Lima's and Álvares de Azevedo's texts, which coincided chronologically with the wave of the first studies of romantic orientation, problematize the bond between excessive patriotism and nationalism, a mark of the epochal writing of national production. Machado's, on the other hand, surpass both the romantic perspective and his contemporaries', the generation that was formed from 1860's and 70's, but which reached a better systematization of ideas in the 80's. In this post-romantic phase, without adhering to the scientific creed of the 1870 generation that, backed by systems of thought such as positivism, evolutionism, determinism, revisited the principle of local color, aiming at developing an analytical and objective approach to literature, the critical thought of Machado de Assis represents a “singular occurrence”, in that it defends that the nationalization of the literary expressions should suppress the portrayal of external elements.

Keywords: Nineteenth century. Literary Historiography. Abreu e Lima. Álvares de Azevedo. Machado de Assis.

¹ Doutorado em Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio, 1999); Pós-doutorado, Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura (PUC-Rio, 2019); Professora Associada do Curso de Letras da UFRRJ; Grupo de Pesquisa – Literaturas, Linguagens e Contextos (UFRRJ/CNPq).

Introdução

Pode-se vincular a inauguração dos estudos literários no Brasil à publicação de *Parnaso brasileiro*, antologia organizada em forma de cadernos pelo Cônego Januário da Cunha Barbosa,² editada entre os anos 1829 e 1831, que dava notícia da poesia aqui produzida, momento em que o país acabara de alcançar a independência política. Como indicam vários pesquisadores, essa obra, de concepção pouco criteriosa, reveste-se de certo valor histórico, na medida em que serviu de parâmetro para os contemporâneos e alguns pósteros em suas abordagens sobre a literatura nacional.³

De formação neoclássica, Januário da Cunha Barbosa não aderiu ao Romantismo, estética dominante entre nós de 1836, data de publicação de *Suspiros poéticos e saudades*, de Domingos José Gonçalves Magalhães, ao final da década de 1870, quando se esboçaram novas e diferentes tendências que, agrupadas sob o rótulo estilos pós-românticos, coexistirão até o movimento modernista de 1922.⁴ Por outro lado, se coube à crítica romântica, constituída, inicialmente, por um grupo de estudantes brasileiros – Gonçalves Magalhães, Manuel Araújo Porto Alegre, Francisco Sales Torres Homem, João Manuel Pereira da Silva – que se encontrava em Paris, em 1834, a formulação dos princípios de uma poética que orientasse o estabelecimento de critérios para a escrita, recepção e avaliação das obras aqui produzidas, o papel do Cônego Januário na tarefa de coligir as “composições poéticas”, “inéditas ou já impressas”, com o intuito “de tornar ainda mais conhecido no mundo literário o gênio daqueles brasileiros que ou pode[ria]m servir de modelos ou de estímulo à briosa mocidade, que já começa[va] a trilhar a estrada das belas letras”, foi, de certa maneira, reconhecido pelos jovens escritores empenhados em realizar a renovação patriótica e a nacionalização da literatura da recente nação (CUNHA BARBOSA, apud SOUZA, 2014, p. 35). No ensaio “Críticos e historiadores da literatura: pesquisando a identidade nacional”, Regina Zilberman, por exemplo, assinala que o periódico *Niterói*, criado pelo grupo de estudantes reunido em Paris em 1834, pode ser uma homenagem ao Cônego, pois tem o

² Antes da publicação do *Parnaso brasileiro*, vários estudiosos, entre eles Antonio Candido, salientam que a *Epístola a Termino Sipílio*, de Silva Alvarenga, constitui “uma das peças mais brilhantes da crítica neoclássica” (CANDIDO, 1975, v.II, p. 138). Vale lembrar que Januário da Cunha Barbosa foi aluno de Silva Alvarenga.

³ Cf. CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*, v.1. 5 ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1975, p.306-307. ZILBERMAN, Regina. Críticos e historiadores da literatura: pesquisando a identidade nacional. In: *Via Atlântica*: n 4, out. 2000, pp.19-51; SOUZA, Roberto Acizelo de (Org.). *Historiografia da literatura brasileira: textos fundadores* (1825-1888), volume 1. Rio de Janeiro: Caetés, 2014, p.32-34.

⁴ Cf. CANDIDO, Antonio. “Literatura e cultura de 1900 a 1945: panorama para estrangeiros”. In: _____. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história*. 7ed. São Paulo: Editora Nacional, 1985. p. 112; MERQUIOR, José Guilherme. *De Anchieta a Euclides: breve história da literatura brasileira*. 2ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1979. p. 101.

mesmo título do poema “com pretensões épicas” de sua autoria (ZILBERMAN, 2000, p.20). Já Antonio Candido observa que o *Parnaso*, impregnado de fins didáticos e nacionalistas, “estabelece uma ponte entre a filosofia das luzes e o nosso primeiro Romantismo, que vai manifestar-se em parte como esforço consciente de realizar os augúrios, prognósticos e diretrizes” para a configuração de uma literatura que se acreditava renovada no Brasil, que, por sua vez, funcionará como base / fonte inspiradora para criação da imagem do país e do brasileiro, assim como para a escrita tanto da historiografia literária quanto da nacional. Nesse sentido, o *Parnaso* pode ser visto como instrumento simbólico para o estabelecimento de uma tradição, na medida em que divulgou e permitiu o conhecimento de poetas coloniais e de escritores contemporâneos pelo público oitocentista, encenando assim a famosa imagem da passagem da tocha entre os integrantes de uma corrida plasmada por Antonio Candido para exemplificar “a transmissão de algo entre os homens, e o conjunto de elementos transmitidos, formando padrões que se impõem ao pensamento ou ao comportamento, e aos quais somos obrigados nos referir, para afastar ou rejeitar” (CANDIDO, 1975, v.1, p.24).

De fato, a independência política do país cooperou para que o século XIX se tornasse um momento privilegiado para a organização de traços presumida e positivamente enraizados no passado que, projetados, contribuíram para construção de aspectos identitários que nos serviriam de guia para formar a imagem do país, do povo e de uma literatura enquanto expressão de uma cultura brasileira. É claro que tanto a experiência colonial vexatória quanto a escravidão eram entraves que precisavam ser superados na edificação dessa imagem. Tal transposição não se fará através da invenção de um passado glorioso, já que não era possível apagar a condição colonial recentemente abolida nem ignorar a escravidão ainda em vigor. Com auxílio de viajantes estrangeiros que por aqui passaram e de críticos europeus de diferentes nacionalidades, mesmo que estes jamais tenham visitado *in loco* o país, a grande extensão territorial, as riquezas naturais, favorecidas por sua geografia, e a natureza exuberante serão sugeridas como indícios de nossas marcas diferenciais a serem exploradas e simultaneamente operarão como elementos de compensação para a experiência vexatória experimentada no passado recente, mas que, apesar da autonomia política, não poderá ser eliminada por completo no século XIX, e se estenderá num futuro contínuo, devido à permanência da escravidão até quase a última década dos oitocentos: “Minha terra tem palmares / onde gorjeia o mar”, dizem os versos de Oswald de Andrade. Se cenas românticas se embrenharam no simbólico de corações e mentes, a bem-humorada rasura modernista desconcerta o incômodo, mas não o apaga. Talvez revisitar o século XIX e retomar autores

que não se encaixaram nos paradigmas de configuração da jovem nação propostos por sua elite intelectual nos primórdios da fundação da historiografia nacional e, em consequência, da historiografia literária seja uma maneira de refletirmos sobre o embaraço em relação ao nosso passado que contribuiu para formatar os olhares que direcionamos a nós mesmos e que, de inventados, passaram, naturalizados, a ser acatados na construção de sentidos para explicar “nosso” imaginário, “nossa” literatura, “nossa” produção cultural, “nosso” comportamento social e político. Como observou Thamara de Oliveira Rodrigues, em tese defendida na Universidade de Ouro Preto, em 2019, sob orientação de Valdei Lopes de Araujo, a desconfortável herança colonial e escravocrata não impediu que, na construção de nossa conformação “espiritual”, traços como a índole pacífica e ordeira do povo brasileiro, a tendência à conciliação, a disposição para evitar conflitos sedimentaram-se nas narrativas, documentais ou ficcionais, que contribuíram para a estruturação “de uma imaginação histórica sobre o país materializada em práticas políticas, sociais que atravessam um longa duração” (RODRIGUES, 2019, p.17). Tais práticas, por sua vez, sustentaram a manutenção dos privilégios coloniais, mesmo depois da proclamação da República, garantindo aos “donos das terras”, de origem predominantemente branca / lusitana, o monopólio de controlar e organizar, pela força, “as dissonâncias do encontro entre povos tão diferentes” (RODRIGUES, 2019, p.17).

No presente ensaio, elegemos três autores que, em momentos distintos e por razões diversas, destoam do tom de seus contemporâneos na tentativa de plasmar as bases da historiografia literária e as diretrizes para a composição e recepção da literatura brasileira: o militar e intelectual José Inácio de Abreu e Lima (1794-1869); o poeta Manuel Antônio Álvares de Azevedo (1831-1852); o escritor Joaquim Maria Machado de Assis (1839-1908). Os textos de Abreu e Lima e de Álvares de Azevedo, coincidindo cronologicamente com a leva dos primeiros estudos de orientação romântica, problematizam o enlace entre ufanismo e nacionalismo, marca norteadora da escrita epocal da produção pátria. Já os ensaios de Machado superam tanto a perspectiva romântica quanto a de seus contemporâneos, a geração que se formou a partir das décadas 60 e 70 do século XIX, mas que alcançou uma melhor sistematização de suas ideias nos anos 1880. Nessa fase pós-romântica, o pensamento crítico de Machado de Assis constitui uma “singular ocorrência”, pois reviu o princípio da cor local, defendendo que o caráter nacional das manifestações literárias não se configuraria por retratar elementos externos, sem aderir às atitudes anti-românticas da geração de 1870 que, apoiada

em sistemas de pensamento como o positivismo, o evolucionismo, o determinismo, pretendia desenvolver uma abordagem mais analítica e objetiva da literatura.

II

Personagem esquecido pela História do Brasil, José Inácio de Abreu e Lima, de acordo com a breve informação oferecida por Roberto Acízelo, é uma figura bastante interessante, cuja biografia indica uma postura distinta de seus contemporâneos (SOUZA, 2003, p.868). Tal distinção, talvez, possa ser explicada pela posição política de revolucionário, chegando a integrar o exército de Bolívar, onde alcançou a patente de general. Entretanto, conforme a historiadora Thamares Oliveira Rodrigues, com a morte de Bolívar, em 1830, assim como os demais estrangeiros que integravam o exército do Libertador, Abreu e Lima foi expulso da Colômbia onde lecionava. Novamente expatriado,⁵ viajou aos Estados Unidos e, em seguida, à Europa onde conheceu D. Pedro I, já abdicado. De volta ao Brasil em 1832, fixou-se, de início, no Rio de Janeiro até 1844, ano em que retornou a Pernambuco, seu estado de origem (RODRIGUES, 2019, p. 15). No Rio, como escritor, participou da vida política nacional, envolvendo-se em polêmicas com intelectuais da época como Januário da Cunha Barbosa, quem, ironicamente, deu-lhe a alcunha de “o general das massas”, estampada no título da comédia *A rusga da Praia Grande ou o quixotismo do general das massas*, escrita em 1831, e, mais tarde, Francisco Adolpho de Varnhagen, quem o acusou de plagiador, ao avaliar a obra *Compêndio da história do Brasil*, publicada em 1843 e enviada ao Instituto Histórico Geográfico. Indignado com as observações de Varnhagen, Abreu e Lima defendeu-se publicando um texto violento *Resposta do general J.I.de Abreu e Lima ao cônego Januário da Cunha Barbosa, ou Análise do “Primeiro juízo” de Francisco Adolpho de Varnhagen acerca do “Compêndio de história do Brasil”* (SOUZA, 2014, p. 68). O estilo contundente de sua réplica foi, posteriormente, apreciado de forma diferenciada por Sílvio Romero e José Veríssimo, conforme notação de Roberto Acízelo de Souza (SOUZA, 2014, p.68).

No tomo I da *História da literatura brasileira* (1800-1830), capítulo VIII – “Economistas, jurisconsultos, publicistas, oradores, moralistas, biógrafos, teólogos e literatos”

⁵ De acordo com informação oferecida por Roberto Acízelo de Souza, José Inácio de Abreu Lima participou ativamente da Insurreição Pernambucana. Foi preso e enviado para a Bahia em 1817, onde encontrou também presos o irmão Luís Inácio Ribeiro Roma e o pai José Inácio Ribeiro de Abreu Lima, conhecido como o Padre Roma. O pai, considerado um dos líderes da Insurreição, foi julgado, condenado à morte e fuzilado na presença dos filhos. Ainda em 1817, os dois irmãos foram libertados e decidiram viajar para os Estados Unidos com o objetivo de buscar auxílio pecuniário com Antônio Gonçalves da Cruz Cabugá. Com não obtiveram o auxílio, José Inácio foi para a Venezuela a fim de procurar Simon Bolívar e seu irmão dirigiu-se para Porto Rico (SOUZA, 2014, p. 65).

–, o crítico sergipano apenas menciona José Inácio de Abreu e Lima, por último, numa listagem de nomes que compõe o grupo referente à “jornalística e oratória” (ROMERO, 1902, I, p. 429). Já no tomo II da *História* (1830-1870), no capítulo VI – “Poesia – sexta e última fase do romantismo.”–, para expor o papel da Escola do Recife no processo de dissolução do romantismo na poesia brasileira e a contribuição valiosa de certos escritores, sem esquecer de autorreferenciar-se, Sílvio Romero faz uma breve síntese do movimento intelectual responsável por tornar Recife palco de renovação das ideias no que diz respeito à esfera da literatura, da ciência e da crítica, nos últimos quarenta anos do século XIX. Ao tratar das novas ideias que alimentaram a discussão encetada nos jornais por Ganganelli,⁶ no Rio de Janeiro por ocasião da “questão religiosa”, o polemista sergipano observa que, muitos anos antes, tais ideias já haviam sido discutidas “no Recife por um escritor, que tinha tanto mais de ilustrado do que o notável chefe da maçonaria brasileira, quanto é mais do que ele desconhecido”: Abreu e Lima (ROMERO, 1902, II, p. 471). Incluído no rol dos “poucos homens de mérito real” no país, Romero sublinha que o general era “largamente desdenhado”, e seus escritos, onde combateu, sem reserva, “enfumada lenda de homens como Cunha Barbosa, Adolfo Varnhagen, Ferreira França, Diogo Feijó, Nascimento Feitosa, Pinho de Campos e outros tantos semideuses que giram na atmosfera empoeirada de nossa política e de nossas letras”, sumariamente, ignorados (ROMERO, 1902, II, p.472). Por outro lado, apesar de distingui-lo de “seus rivais pátrios”, Romero, concordando com a opinião hegemônica desses mesmos rivais, declara que, enquanto escritor, “suas ideias nem sempre foram originais e seguras” e, no terreno, eclesiástico, agiu com a intuição de um “velho católico”, limitando o valor do pensamento do general ao “prestígio da antecedência” (ROMERO, 1902, II, p. 472-473).

José Veríssimo, bem mais conciso em seu julgamento em relação à contribuição de Abreu e Lima e cioso do uso escorreito da língua, nota que o general “deixou em sua terra natal, e ainda no Brasil ilustrado, o renome de um polígrafo notável”, cujos escritos, abarcando um largo espectro de assuntos – “compêndios de história do Brasil, polêmica literária e religiosa, o primeiro livro sobre socialismo aqui publicado (*O Socialismo*, Recife, 1855, 353 págs.), obras de direito ou sobre questões públicas [...] etc.” – apresentariam “certo vigor de estilo, mas com graves falhas sob o aspecto de linguagem” (VERÍSSIMO, 1998, p.371).

⁶ Joaquim Saldanha Marinho (186-1895), Grão-meste da maçonaria, teve importante atuação na Questão Religiosa, na década de 1870, quando publicou vários artigos em jornais com o pseudônimo de Ganganelli. Cf. https://pt.wikipedia.org/wiki/Saldanha_Marinho (consulta em 07/09/2021)

Centrando, a partir de agora, nossa atenção nos fragmentos que, pela contribuição inaugural que oferecem para a historiografia nacional, foram selecionados e destacados do *Bosquejo histórico, político e literário do Brasil* (1835)⁷ e *Compêndio da história do Brasil* (1843) por Roberto Acízelo, observa-se que entre as duas obras há um intervalo de oito anos. Conforme palavras de Acízelo, de acordo com o interesse da coletânea por ele organizada e comentada, do *Bosquejo*, foi escolhida parte de um dos “artigos soltos”, intitulado ‘As repúblicas americanas e o Brasil’”, que, por sua vez, apresenta alguns subcapítulos, dos quais foram aproveitados parte do penúltimo e o último (SOUZA, 2014, I, p.70). Seguindo a ordem de organização do escrito, os subcapítulos que compõem o ensaio são: “Os Estados Unidos, México e Colômbia”, “O Brasil”, “Paralelo entre o nosso estado moral e o dos nossos vizinhos e conterrâneos” e, para encerrar, “Nosso estado intelectual: conclusão” (SOUZA, 2014, I, p.70). Já Do *Compêndio*, o trecho recuperado teve a ver com uma provável mudança de posição de Abreu e Lima quanto à possibilidade ou não da existência de uma literatura brasileira. O trecho do *Compêndio*, portanto, indicaria uma revisão da atitude anterior defendida no *Bosquejo*. Tal revisão, como nota Acízelo, foi recebida com entusiasmo nacionalista por Joaquim Norberto de Souza e Silva, em 1860. Passemos, então, à leitura dos trechos do *Bosquejo*.

Consoante descrição realizada no parágrafo anterior, do *Bosquejo* foram retirados os trechos que correspondem ao penúltimo e último subcapítulos (respectivamente, “Paralelo entre o nosso estado moral e o dos nossos vizinhos e conterrâneos”; “Nosso estado intelectual: conclusão”) do artigo intitulado “As repúblicas americanas e o Brasil” (SOUZA, 2014, I, p.71). De acordo com a nota de pé-de-página, entendem-se por “nossos vizinhos e conterrâneos” as repúblicas hispano-americanas e os Estados Unidos (SOUZA, 2014, I, p.71). Aí, além do sentimento antilusitano presente no texto, são problematizados alguns pontos caros aos intelectuais da época: o papel da natureza como vetor de singularização, originalidade e superioridade nacionais e, de forma superficial, uma avaliação do nosso estado intelectual, tema que será discutido com mais detalhe na “Conclusão” do último subcapítulo, como veremos posteriormente. Apesar de longa, leiamos, então, como Abreu e Lima aborda o papel da natureza no processo de produção da singularidade, originalidade e superioridade nacionais:

⁷ A obra traz um longo subtítulo que reproduzimos a seguir: LIMA, José Inácio de Abreu e. *Bosquejo histórico, político e literário do Brasil*; ou análise crítica do projeto do Dr. A.F. França, oferecido em sessão de 16 de maio último à câmara dos deputados, reduzindo o sistema monárquico constitucional, que felizmente nos rege, a uma república democrática, seguido de análise do projeto do deputado Rafael de Carvalho sobre a separação da Igreja Brasileira da Santa Sede Apostólica. Niterói [RJ]: Tipografia Niterói do Rego, 1835.

Agora começaremos com a vaga ideia que se tem propagado da sua *superioridade* [do Império do Brasil] sobre os povos do mundo pelas vantagens de sua situação privilegiada, riquezas naturais, etc., e mais ainda pela riqueza estimativa de nossa *capacidade* intelectual.[...] nos enchemos de um presunçoso orgulho encarando a magnificência dos nossos bosques, e os prados selváticos que servem de pasto à imensa criação do reino animal; e buscando um equivalente na Europa, nos julgamos superiores aos homens que a habitam, porque eles não têm um Chimborazo, um Amazonas, ou uma eterna primavera; sem acordar-nos de que as suas matas flutuam sobre os mares convertidos em baixéis, seus rios são todos navegados pela indústria comercial e suas montanhas todas acessíveis. Que importa ao gênero humano esses bosques portentosos que, atestando os séculos, não servem senão para provar o nosso estado ainda inculto? [...]

[...] Se houvesse uma região privilegiada, seria inútil o resto do globo; portanto, o que mais prova a nossa ignorância e o nosso falso orgulho é ainda não conhecermos as *compensações* que os climas trazem consigo. (LIMA [1835], in: SOUZA, 2014, I, p.71-72)

Já na abertura do trecho escolhido, os termos em itálico “*superioridade*”, imputado à nação brasileira, e “*capacidade*”, referindo-se ao nosso desempenho intelectual, denunciam a linguagem ferina de seu emissor que, como uma “seta ervada”, fere o cerne da imagem do país “em que se plantando tudo dá”, antecipando, de certa maneira, a rasura nos quadros, pictóricos ou literários, que encenarão, incansavelmente, a terra que “tem palmeiras onde canta o sabiá”, em que o céu tem “mais estrelas” e os bosques, “mais flores”. Não satisfeito com o desmonte da imagem paradisíaca do país, compensação para a nossa experiência vexatória da colonização e da escravidão, o general, em seguida, vira-se para o falso orgulho do brasileiro e ataca-o: a conclamada “*superioridade*” da natureza não seria um privilégio nosso; antes atestaria nossa fraqueza intelectual, nossa ingenuidade, nossa ignorância, já que não sabemos tirar proveito dessa natureza tão pungente. A decantada relação de causalidade entre pujança da terra e grandeza da pátria, aparentemente um achado conciliador para aplacar a incômoda experiência colonial e a escravidão ainda em curso, lhe pareceria falaciosa, sem respaldo lógico, como também comprovaria “*nossa ignorância*”, por “*não conhecermos as compensações que os climas trazem consigo*”.

Em contrapartida, a suspeita da ligação entre natureza grandiosa e a possibilidade de um futuro próspero da pátria articula-se com um sentimento lusófono que se mostra enigmático: se o colonizador nos transmitiu seus vícios, mas não suas virtudes, para nos salvar enquanto povo, seria “forçoso reconhecer o que somos, para não despedaçar-nos contra os escolhos que temos diante [...]”; e, em seguida, conclui: “somos portugueses, porém degenerados” (LIMA [1835], in: SOUZA, 2014, I, p.72). O legado da colonização levou o brasileiro e, conseqüentemente, o país a uma sinuca de bico:

Nós, descendentes dos portugueses, nós portugueses, havemos de realizar o belo ideal das instituições políticas? Proclamamos a sansão dos direitos naturais, civis e políticos do homem, divulgamos o dogma sagrado da liberdade, inculcamos a soberania do povo, e conservamos a escravidão civil, a pior de todas as tiranias. Podíamos acaso fazer outra cousa? Cremos que não; nem era possível fazer-se mais. (LIMA [1835], in: SOUZA, 2014, I, p.73)

Abreu e Lima não conseguiu vislumbrar “a pujança virtual” se conformar “em grandeza ainda não realizada”,⁸ num futuro próximo ou distante, pois o nosso passado, a escravidão despertavam-lhe suspeitas quanto às possibilidades alvissareiras para o país. É provável que, por isso, preferisse as “reformas”, que deveriam “fazer-se com lentidão e com tino”, às “utopias”, identificadas com “o dogma sagrado da *liberdade*”, com a defesa acalorada da “soberania do povo”, embora se mantivesse conservada “a *escravidão civil*, a pior de todas as tiranias” (LIMA [1835], in: SOUZA, 2014, I, p.73).⁹ Esses paradoxos, tão bem sinalizados pelo intelectual em 1835, parecem denunciar a verborragia presente nos discursos políticos e literários tão ao gosto do público à época, o que explicaria a condenação às utopias. Em contrapartida, é certo que provocaram, em seu pensamento, impasses incontornáveis que, comprometendo a projeção ideal da nação, acabaram por condená-lo ao ostracismo ainda em vida. De acordo com a historiadora Thameres Oliveira Rodrigues:

A dúvida inviabilizou Abreu e Lima de dar forma à história porque suas narrativas não permitiam que o passado colonial retrocedesse por meio de interpretações que a prática historicista lhe imputaria. Mas também se tornava difícil acatá-la tão rápida e automaticamente. Não se trata de dizer que Abreu e Lima não era historicista. Definitivamente. Mas o autor mobilizou um passado que não pôde abandonar, um passado-presente que não o levou a futuros mais bem-delimitados e ideais. Em seu tempo, isso lhe causou o esquecimento e a negação continuada por seus pares. Tensões que repercutiriam na construção do cânone historiográfico oitocentista. (RODRIGUES, 2019, p.18)

Assim como o passado colonial e a escravidão eram empecilhos a serem superados, o “nosso estado intelectual” corroborava igualmente para o pessimismo de Abreu Lima em relação ao futuro nacional promissor. Com a maior parte da população constituída de analfabetos, legado herdado do período colonial, antes da Independência do país, os raros jovens brasileiros que escapavam da ignorância e que, financeira e socialmente, estavam aptos a estudar, viam-se obrigados a viajar para Portugal ou para outras localidades europeias se pretendessem alcançar a formação acadêmica de nível superior. Situação muito diferente dos

⁸ As expressões aspeadas são empréstimos retirados do ensaio “Literatura e subdesenvolvimento”, de Antonio Candido (CANDIDO, 1987, p.140).

⁹ Como será exposto posteriormente, esses paradoxos serão ficcionalmente encenados por Machado de Assis via “capoeira verbal” que rompe com a “lógica estritamente fundada em moldes escriturais, i.e., baseada em uma construção linearmente proposicional”, conforme Luiz Costa Lima (LIMA, 2002, p.334).

jovens de outros países latino-americanos, que podiam ingressar na Faculdade ou Universidade de qualquer capitania geral. A apreciação de nossa condição intelectual ocupa parte importante da conclusão do *Bosquejo*, onde Abreu e Lima tece também críticas contundentes a Portugal.

Ao entender o termo como “*o corpo de doutrinas que professa uma nação*”, Abreu e Lima nega a Portugal a existência de uma literatura, na medida em que “os portugueses nunca possuíram nenhuma das ciências que os literatos chamam de utilidade”. Entretanto, se o sentido da palavra for limitado às belas letras e humanidades, “então é mister confessar que os portugueses têm uma literatura *que lhes é própria*, e de algum modo original” ((LIMA [1835], in: SOUZA, 2014, I, p.74). Distinguindo livros que tratam de ciências dos que se dedicam às artes, isto é, tudo quanto “se compreende na dominação de belas artes e humanidades”, embora denomine, indistintamente, os autores de “literatos”, o autor do *Bosquejo* admite que “os portugueses floresceram nos séculos XV e XVI na poesia, e mesmo na história; e que foram os primeiros que deram passo aos outros para adiantarem-se, ficando eles estacionários” (LIMA [1835], in: SOUZA, 2014, I, p.74).

De acordo com sua avaliação, somente com a criação da Academia Real das Ciências no reinado de D. Maria I (1777 – 1815) que Portugal passou a contar com “um *corpo de doutrinas* que lhe fosse próprio”. Entretanto, em conformidade ainda com suas palavras, após o exame do *Catálogo dos autores* produzido pela Academia, podia ser constatado que os portugueses apenas tinham produção considerável no campo das belas letras; ao que diz respeito às “ciências de utilidade” nunca teriam sobressaído, apresentando poucas obras relacionadas às ciências exatas, ciências naturais e até mesmo às ciências jurídicas. E, para concluir a pesquisa cuidadosa sobre *a nossa literatura*, afirma que os portugueses ilustrados seriam pouco afeitos a escrever, assim como os brasileiros. A afirmação desencadeou uma discussão acirrada entre os pares naquela ocasião, na medida em que Abreu e Lima negava a existência de uma produção brasileira, fundamentando sua argumentação tanto no fato de sermos portugueses até 1822, fato, portanto, muito recente, quanto no perigo de ficarmos “reduzidos a uma condição de quase selvagens”, caso rejeitássemos a literatura portuguesa (LIMA [1835], in: SOUZA, 2014, I, p.76). A posição abriu espaço também para Abreu e Lima desenvolver na conclusão do *Bosquejo* suas ideias sobre a apatia dos brasileiros em relação à escrita de obras que não fazem parte do campo das belas artes e à educação.

Se os portugueses não eram profícuos na escrita de obras do “ramo das ciências positivas, exatas ou experimentais”, nós brasileiros, seus descendentes, seríamos nulos.

Nomeando alguns por ele considerados homens de saber, denuncia-os por descaso, apatia por não terem deixado documentos escritos à altura da erudição por eles acumulada. Exemplo: José Bonifácio. Apesar de seu imenso saber, “deixaria uma memória estéril e passageira no mundo científico, se não tivesse legado aos brasileiros a imortal obras da sua independência”. E, vaticinando, declara que “em bem poucos anos ele será mais conhecido como político do que como literato” (LIMA [1835], in: SOUZA, 2014, I, p.78). Se tivemos / tínhamos poetas, não tivemos / não tínhamos homens de ciências, mesmo que já houvesse entre nós uma Academia Militar há 25 anos, pois, como afirmara, “entre nós exist[ia]m homens que *sabem*, porém quase nenhum que se de[sse] ao trabalho de instruir outros” (LIMA [1835], in: SOUZA, 2014, I, p.78). O nosso estado intelectual mostrar-se-ia, portanto, fraco não apenas perante o mundo ilustrado mas também perante as necessidades do povo da nova nação. E essa fraqueza estaria vinculada estreitamente à debilidade de nossas instituições.

Denunciando deliberadamente a educação do país, Abreu e Lima diz, de forma categórica, que nós brasileiros começamos por onde deveríamos ter terminado: cuidamos das “ciências maiores sem cuidar da instrução primária”. Ao contrário do ocorrido em outros países da América do Sul, Bolívar, antes de reformar a Universidade da Colômbia, deu um grande impulso à instrução primária, convidando o educador inglês Joseph Lancaster para criar em Caracas uma escola normal. O mesmo poderia ser verificado nos Estados Unidos, país que, aperfeiçoando o método de Lancaster, estaria levando “a educação primária a um ponto de perfeição, que causa[ria] inveja no velho mundo” (LIMA [1835], in: SOUZA, 2014, I, p.79). E no Brasil? Leiamos o que tem a dizer sobre a nossa educação:

Temos muitos advogados, muitíssimos cirurgiões e muitos mais aspirantes a lugares de magistraturas; e, sem embargo, todos os dias pedimos a Deus nos livre de que a nossa honra, a nossa vida e a nossa fazenda passem por semelhantes mãos. A classe mais útil, a classe mais interessante, aquela que constitui o Estado, jaz toda na mais completa ignorância; queremos cadeiras e mais cadeiras, cursos e mais cursos, prebendas e mais prebendas, e não temos uma escola normal em nenhum ramo de pública utilidade. (LIMA [1835], in: SOUZA, 2014, I, p.79-80)

Tal estado de coisas faz com que em suas conclusões finais afirme que, a nossa origem portuguesa era responsável por sermos “muito mais *atrasados* em conhecimentos do que os nossos conterrâneos, e [sermos] por isso mesmo o *povo mais ignorante do continente americano*” (LIMA [1835], in: SOUZA, 2014, I, p.81). As consequências das deficiências da educação pública condenaria o país a uma heterogeneidade de sua população inviabilizando a tentativa de se delinear um “caráter nacional”. Nesse sentido, problematizando a retórica da nacionalidade, no *Bosquejo*, Abreu e Lima condena os ideais republicanos que começavam a

circular no país e defende a monarquia, pois, segundo ele, seria a única instituição capaz de “chamar a um centro comum os elementos descontraídos de um povo *heterogêneo*” (LIMA [1835], in: SOUZA, 2014, I, p.81). Ao questionar a retórica da nacionalidade põe em dúvida também a brasilidade de nossa literatura já que o instrumento para sua composição seria língua metropolitana. Daí, incorporar a literatura brasileira à portuguesa. Entretanto, essa atitude sofre uma ligeira alteração na obra publicada em 1843, *Compêndio de história do Brasil*, onde o autor observa que, devido à juventude da nação, se ainda não pudesse afirmar a existência de uma literatura brasileira propriamente dita, os escritores aqui nascidos, mesmo seguindo os rastros de nossos dominadores, cresceram recebendo “a impressão deste clima, que exclusivamente nos pertence, e deste solo, que nos nutre e nos abriga” (LIMA [1835], in: SOUZA, 2014, I, p.85). A abordagem proto-determinista justifica o trabalho de se resgatar a nossa história procurando nesse resgate “recuperar o tempo perdido, dando princípio à obra da nossa regeneração intelectual e preparando os elementos de uma literatura propriamente brasileira” (LIMA [1835], in: SOUZA, 2014, I, p.85). Nesse sentido, todos aqueles empenhados na nossa regeneração intelectual estariam prestando importante serviço à pátria. Entendendo o termo amplamente, para Abreu e Lima a história ocuparia o primeiro lugar na literatura. Por outro lado, seu *Compêndio* não tinha a pretensão de ser original, mas simplesmente uma obra “para uso da mocidade brasileira”. Por isso se valeu dos escritos de vários autores procurando verificar e ordenar os fatos passados e registrar, sem revelar sua opinião, os do presente. A posição autoral assumida faz com que se apresente como cronista e não como historiador. Como dito no início dessa seção, Abreu e Lima foi taxado de plagiador por Varnhagen, apesar de ter explicitado, no *Compêndio*, as fontes utilizadas e, por diversas vezes, ter declarado que se apropriara do texto de suas fontes. Por outro lado, cabe assinalar que seu pensamento se constituiu como uma das expressões críticas no momento da construção de nosso “instinto de nacionalidade” e da estruturação da escrita da historiografia brasileira. Como veremos a seguir, embora não tenha formado escola, algumas de suas problematizações reaparecem tanto na crítica de Álvares de Azevedo, matéria do próximo tópico, quanto na de Machado de Assis, último autor a ser examinado.

III

Nascido em São Paulo, em 1831, e morto no Rio de Janeiro, em 1852, com 21 anos incompletos, Manuel Antônio Álvares de Azevedo tem sua produção literária, normalmente,

associada à segunda geração romântica.¹⁰ Sílvio Romero, na *História da literatura brasileira*, valoriza em Álvares de Azevedo a coexistência de dois sintomas: “1º é ele um produto local, indígena, filho de um meio intelectual, de uma academia brasileira; 2º arranca-nos de uma vez da influência exclusiva portuguesa” (ROMERO, 1903, Tomo segundo, p.197). Como nota, os poetas coloniais e quase todos que compuseram a geração romântica anterior a de Álvares de Azevedo estudaram no Velho Mundo, já que não havia em nosso território colégios de boa qualidade e cursos superiores, situação duramente criticada por Abreu e Lima, já indicada na seção anterior. A fundação do Imperial Colégio Pedro II e das faculdades brasileiras promoveu, portanto, um impulso intelectual que reverberou nas esferas política, administrativa e cultural. De acordo com o crítico sergipano, as Faculdades de Direito converteram-se, em especial, na “grande *pepinière* d’onde [saíram] os mais notáveis obreiros de nossa política e de nossas letras” (ROMERO, 1903, Tomo segundo, p.196; p.197). Além disso, ainda conforme a avaliação de Romero, a fixação dos poetas em Faculdades nacionais interrompeu a intermediação da literatura e das ideias científicas e filosóficas europeias entre nós via Portugal, favorecendo a leitura de escritores franceses, ingleses, italianos e alemães, esses muitas vezes traduzidos para o francês ou inglês.¹¹ Ex-aluno do Imperial Colégio Pedro II no Rio de Janeiro, onde foi discípulo de Gonçalves Magalhães e de Santiago Nunes Ribeiro e se bacharelou em humanidades em 1847, matriculando-se um ano depois na Faculdade de Direito em São Paulo (SOUZA, 2014, p.383), Álvares de Azevedo foi um leitor voraz de escritores gregos, latinos, italianos, alemães, franceses, ingleses, em especial de Shakespeare, Tasso, Byron, Musset, Victor Hugo, Sand e muitos outros, como se verifica nas inúmeras citações estampadas tanto na obra poética quanto na prosa, ficcional ou crítica. Embora sua produção denuncie uma excessiva juventude autoral, já que a precocidade de sua morte não lhe permitiu desenvolver todos os recursos de seu talento, conforme, por exemplo, observou Machado de Assis (ASSIS, 1985, v.III, p.894), o poeta de *Lira dos vinte anos* foi considerado a personalidade literária mais rica de sua geração pelos estudiosos em geral, tais como Sílvio

¹⁰ Sílvio Romero inclui o poeta no capítulo “Poesia - terceira fase do romantismo”. De acordo com ele fazem parte da plêiade da terceira fase do romantismo brasileiro os seguintes poetas: Álvares de Azevedo, Bernardo Guimarães, Aureliano Lessa, Almeida Freitas, Silveira de Souza, Laurindo Rabelo, José Bonifácio, Junqueira Freire, Franco de Sá, Augusto de Mendonça, além de Trajano Galvão, Pedro de Calazans, Teixeira de Mello, Costa Ribeiro, Franklin Doria, Casimiro de Abreu, Bittencourt Sampaio, Bruno Seabra e muitos outros. Cf. Romero, Sílvio. *História da literatura brasileira*. Tomo Segundo (1830-1870) 2 ed. Rio de Janeiro: H. Garnier, Livreiro-Editor, 1902, p.193-327.

¹¹ Desde a transferência da corte para cá em 1808 com a abertura dos portos às nações amigas, houve um abrandamento da dominação política de Portugal, beneficiando um maior intercâmbio cultural beneficiado com a chegada de livros de autores não metropolitanos por aqui. Esse arejamento de ideias, ocorrido já nos primeiros anos do século XIX, intensificou-se com as medidas adotadas por D. Pedro, ainda como príncipe regente, após o retorno de D. João VI a Portugal.

Romero, José Veríssimo, Antonio Candido, José Guilherme Merquior, Luciana Stegagno-Picchio etc.¹² O destaque merecido decorreu de a obra apresentar-se, antes de tudo, como a expressão irreduzível do eu poeta, cuja personalidade se caracterizaria pela tensão entre duas facetas, metonimicamente, identificadas como “Ariel e Calibã”, conforme explicita o próprio autor no prefácio da segunda parte de *Lira dos vintes*. A partir da dica oferecida por ele, críticos, desde os comentadores oitocentistas até os contemporâneos, salientaram a contradição interna, a polarização de posturas frente ao mundo, marcas, aliás, do ultrarromantismo, como fundamento de sua escrita poética. O título mesmo da obra reforça a atitude egoica do poeta, pois, como lembra M. H. Abrams, em seu estudo sobre a representação da arte no romantismo, a conexão entre música e poesia, amplamente utilizada por escritores alemães e ingleses, ligou-se ao fato de a música ter sido entendida como a arte capaz de “penetrar – e trazer à luz – os segredos da alma” (KEBLE apud ABRAMS, 2010, p.76). Além da ausculta dos segredos da alma, a analogia entre música e poesia oferecia ao poeta outras conexões, como, por exemplo, entender a poesia como o efeito suscitado da interação entre interior e exterior, mente e objeto, paixão e percepções do sentido. A imagem consagrada para expressar tal analogia foi a da harpa eólica, usada para conformar, ao mesmo tempo, a mente em processo de percepção do mundo e a mente poética em processo de composição (ABRAMS, 2010, p.77). A conexão entre poesia e música no romantismo indicaria ainda a busca de uma linguagem que expressasse além do conceito, o cancelamento do “dogma clássico da equivalência entre poesia e pintura (*ut pictura poesis*)”¹³ e, simultaneamente, experimentaria a impotência da palavra como expressão do inefável, como diz José Guilherme Merquior (MERQUIOR, 1977, p.51).¹⁴ Pode-se, portanto, intuir que, ao

¹² Cf. CANDIDO, 1975, v.2, p.178-193; ROMERO, 1902, Tomo II, p.195-217 ; VERÍSSIMO, 1998, p.286-290 ; MERQUIOR, 2014, p.137-140; STEGAGNO-PICCHIO, 2004,p.211-212.

¹³ Conforme ressalta Luiz Costa Lima, desde o final do século XVIII e o início do XIX, assistiu-se ao banimento do conceito de *mimesis* na reflexão das artes em geral. A tradução do termo para o latim como *imitatio*, o resgate, no século XVI, da obra aristotélica e sua consequente exegese pelos comentaristas renascentistas, que conheceram a *Epistula*, de Horácio, antes da *Poética*, contribuíram de maneira decisiva para o entendimento da teoria aristotélica da arte como imitação, entendimento esse predominante até meados do século XVIII. O aproveitamento quinhentista do símile horaciano *ut pictura poesis*, citação obrigatória em diversos tratados artísticos que circularam entre o século XVI e as primeiras décadas do XVIII, corroborou para a concepção da poesia ou, de forma ampla, da arte, como “reflexo”, “imagem”, “espelho”, “cópia” de eventos e objetos, sem serem desprezados, na orientação para execução de sua representação, o decoro e a verossimilhança. Contra esse entendimento, divulgado pela tradição renascentista, ao longo dos Setecentos, presenciou-se o deslocamento do foco de atenção do objeto para o sujeito; o ideal artístico centrado na imitação da natureza foi substituído pelo ideal fundado na expressão da interioridade do sujeito. Cf. LIMA, 1980, p.1-14.

¹⁴ Cf. CANDIDO, 1976, II, p.180; MERQUIOR, 1979, p. 74; SOUZA, 2016, p. 18; STEGAGNO-PICCHIO, 2004, p.211.

intitular a reunião de seus poemas *Lira dos vinte anos*,¹⁵ Álvares de Azevedo se afasta definitivamente da estética neoclássica (cujos traços ainda se fazem presentes nas poesias de Gonçalves Magalhães e de Gonçalves Dias), na medida em que eles se configuram como expressão de sua subjetividade. Daí, ser tão comum na abordagem crítica de sua obra a presença de uma avaliação assentada na natureza doentia do poeta, como se lê em Sílvio Romero (ROMERO, 1903, Tomo segundo, p.198) e em José Veríssimo (VERÍSSIMO, 1988, p.286; 288).

A leitura dos prefácios que compõem *Lira dos vinte anos* sinaliza uma mudança de atitude do poeta frente ao ideário poético nacional romântico. A pesquisadora Cilaine Alves Cunha assinala que signos como “sabiá”, para comparar a voz tímida do poeta ao canto do pássaro emblemático da poesia brasileira no preâmbulo da “Primeira Parte”, ou a referência a certas personagens, como o “sertanejo”, os “tropeiros”, ou a atmosferas locais evocadas em alguns poemas, como, por exemplo, “É doce na minha terra / Andar, cismando, na serra / Cheia de aroma e de luz, / [...]” (“A cantiga do sertanejo”); “No rancho dos tropeiros”, “No tardio verão”, “Na laranjeira em flor orvalhosa” (“Na minha terra”) sugerem, em um primeiro momento, certa aproximação de Álvares de Azevedo com o nacionalismo gonçalvino, mesmo que o sabiá se apresente sombrio – “A cantilena do sabiá sombrio / Encanta as ilusões, afaga o sono...” (“*Anima mea*”) (CUNHA, 2017, p.58; p.59). Porém, a orientação inicial desfaz-se em seus poemas satíricos que compõem a “Segunda Parte” da *Lira*, na peça *Macário*, nos contos que formam *Noite na taverna* e nos poemas narrativos *O poema do frade*, *O conde Lopo*. Se em sua obra satírica o poeta assume posição destoante em relação ao nacionalismo literário, percebe-se essa mesma dissonância no ensaio “Literatura e civilização em Portugal”, texto que focalizaremos a partir de agora.

Provavelmente escrito em 1850, segundo hipótese de Roberto Acízelo de Souza,¹⁶ momento em que os ideais nacionalistas eram calorosamente advogados, aí, Álvares de Azevedo defende que a singularização de uma literatura se assenta na língua, assumindo,

¹⁵ *Lira dos vinte anos*, primeiro livro de Álvares de Azevedo, foi publicado após sua morte decorrente de um tumor. Porém, os prefácios que introduzem a “Primeira Parte” e a “Segunda Parte”, escritos pelo poeta, sugerem que a reunião dos poemas deve ter sido feita por ele.

¹⁶ Cf. SOUZA, Roberto Acízelo de. Apresentação. In: AZEVEDO, Álvares. *Literatura e civilização em Portugal*. Editor Roberto Acízelo de Souza. Rio de Janeiro: Editora Caetés, 2016, p. 15..

portanto, uma postura discordante do localismo literário (AZEVEDO, 2000, p. 715).¹⁷ Passemos à leitura do ensaio.

Partindo dos pressupostos da teoria romântica plasmados por Chateaubriand, Mme. de Staël, August Wilhelm Schlegel e Sismunde de Sismundi, divulgados entre nós, sobretudo, por Ferdinand Denis, Almeida Garret e Ferdinand Wolf, o ensaio segue a diretriz indicada por Mme. Staël de que as criações literárias relacionam-se reciprocamente com as instituições sociais onde foram produzidas.¹⁸ Ao examiná-lo mais de perto considerando sua própria fatura linguística, Roberto Acízelo, concordando com Antonio Candido e com Brito Broca, afirma que, aí, Álvares de Azevedo “comunica ao exercício crítico uma feição muito mais ficcional e imaginosa do que propriamente conceitual”, uma vez que, ao pretender expressar um conhecimento amplo e universalista, cita autores, obras, nomes de personagens romances, títulos de poemas de forma misturada e tumultuada (SOUZA, 2016, p. 18).

Para fins de exposição, propomos aqui dividir o ensaio “Literatura e civilização em Portugal” em duas grandes unidades: “Prólogo” e “Portugal”. O “Prólogo” é, por sua vez, subdividido em quatro subseções: a primeira, retomando a premissa da teoria romântica mencionada acima, define literatura considerando sua “conexão vizinha”, seu “grande elo de união” com “o efeito, ou a causa de usanças e vezos, dos misteres históricos dos povos – tendências físicas e aspirações empíricas do espírito”; a subseção seguinte, trata, de forma ampla, das “Literaturas do Norte”; a terceira parte intitula-se, genericamente, “Árabes”; por fim, a última, “Índia”. Associando elementos díspares, o poeta compõe aí um panorama confuso por onde se movem diferentes ambiências geográficas, momentos históricos, referências temáticas, personagens e textos, todos articulados, concordando com Acízelo de Souza, “por associações personalíssimas” que “acabam conferindo ao discurso matizes por assim dizer épicos, magnificados que são pelo tom solene e altissonante adotado” (SOUZA, 2016, p.16). Já a segunda unidade, “Portugal”, também setorizada em múltiplas entradas, é aberta por uma introdução – “Duas palavras” – e seguida pelo desenvolvimento que, se subdivide em duas partes: “Hispania” e “Lusos portugueses”. Essa, fracionada, por sua vez,

¹⁷ Cabe, entretanto, observar que, na “Apresentação” que introduz a edição crítica de *Literatura e civilização em Portugal*, publicada pela editora Caetés, em 2016, sob sua responsabilidade, Roberto Acízelo de Souza considera inusitada a mudança de posição do poeta, pois, em discurso proferido no dia 11 de agosto de 1849, na “Sessão Acadêmica, Comemoradora do Aniversário da Criação dos Cursos Jurídicos no Brasil”, possivelmente “Sessão” ocorrida seis meses antes da escrita do ensaio em questão, o poeta advogou em favor do nacionalismo literário tal como era defendido à época (SOUZA, 2016, p.17).

¹⁸ “[...] mas eu queria mostrar a relação existente entre a literatura e a instituições sociais de cada século e de cada país; e este trabalho não tinha sido ainda realizado em nenhum outro livro existente.” “[...] mais je voulais montrer le rapport qui existait entre la littérature et les institutions sociales de chaque siècle et de chaque pays; et ce travail n’avait encore été fait dans aucun livre existant”. (DE STAËL, 1991, p.54) [tradução nossa].

em outras duas, pode ser entendida como uma tentativa de delinear uma história da literatura metropolitana, apresentando inclusive um esboço para sua periodização, propõe duas fases: a primeira, “Fase heroica” – identificada como a “grande era portuguesa”, é repartida em duas seções: a primeira que corresponde ao estudo Castro de Ferreira e a segunda ao de Camões –; a outra – denominada “Fase negra” –, é o momento em que analisa a obra de Bocage, decompondo seu exame em seis partes.

De acordo com o objetivo do presente ensaio, é na seção I, “Hispania”, onde se concentra o nosso principal interesse: depois de reconstituir, com amplas pinceladas, a origem remota da península ibérica, assinalando que a formação de sua cultura poderosa deveu-se à chegada de diferentes povos lá, Álvares de Azevedo lança o fundamento do argumento principal do ensaio, ao afirmar que, se o romanceiro do *Cid* e os *Cancioneiros* de Resende e D. Diniz foram produzidos “numa língua irmã” ou, melhor, por uma mesma língua, aos poucos, as línguas, que circulavam na península ibérica, separaram-se, e, conseqüentemente, “as literaturas também”, pois, segundo seu parecer, “sem língua à parte não há literatura à parte” (AZEVEDO, 2009, p.715; AZEVEDO, 2016, p. 61 [grifo nosso]).

Colocando-se numa posição francamente contrária à de dois críticos citados de forma nominal, Cônego Januário Cunha Barbosa, organizador do *Parnaso brasileiro*, referenciado na parte I do presente artigo, e Santiago Nunes Ribeiro, autor do *Plutarco brasileiro* (1847), conjunto de biografias de brasileiros ilustres, e do ensaio “Da nacionalidade da literatura brasileira”, publicado em duas partes pela revista *Minerva Brasiliense*, em 1843,¹⁹ e, igualmente, condenando a exclusiva identificação de brasilidade de nossa produção lírica com a noção de “poesias americanas” indigitada por Gonçalves Dias, Álvares de Azevedo, argumenta que não se determina a nacionalidade de uma literatura pelo tema, ou, como diz, pelo “gênero”:

Não negamos a nacionalidade desse gênero. Crie o poeta poemas índicos, como o *Thalaba* de Southey, reluzza-se o bardo dos perfumes asiáticos como nas *Orientais*, Victor Hugo, na *Noiva de Abidos*, Byron, no *Lallah-Rock*, Thomas Moore; devaneie romances à europeia ou à china, que por isso não perderão sua nacionalidade literária os seus poemas. Nem trazemos a pleito o mérito dessas obras. (AZEVEDO, 2000, p. 715)

¹⁹ Chileno de nascimento, mas brasileiro por adoção, no ensaio citado, Santiago Nunes Ribeiro postula a autonomia da literatura brasileira tendo em vista dois opositores a essa questão: General Abreu Lima, visitado por nós, anteriormente, na seção 2, e Dr. Gama e Castro, médico português que passou a morar no Brasil a partir de 1838.

Se o tema – “poemas índicos”, isto é, centrados na temática indianista –, a cor local não são elementos suficientes para se distinguir uma literatura, o compartilhamento da mesma língua, no nosso caso, o português, reforça, então, a tese de poetas portugueses e brasileiros integrarem uma única literatura. Além do mais, de acordo ainda com ele, separar a literatura brasileira da portuguesa acarretaria um empobrecimento da nossa “literatura pátria”:

E demais, ignoro eu que lucro houvera – se ganha a demanda – em não quisermos derramar nossa mão cheia de joias nesse cofre mais abundante da literatura pátria. Por causa de Durão não podemos chamar Camões nosso? Por causa – por causa de quem?... de Alvarenga? – nos resignarmos a dizer estrangeiro o livro de sonetos de Bocage? (AZEVEDO, 2000, p.715)

Reunindo as produções literárias portuguesas e brasileiras sob o rótulo “literatura pátria” e não querendo se alongar “para demonstrar o que é claro”, isto é, serem as línguas um dos meios para se avaliar “o caminhar das civilizações”, afirma que no período colonial não havia diferenças de hábitos, práticas e, conseqüentemente, de língua no Brasil e em Portugal. Apesar de longa, leiamos a passagem:

Os poetas, cuja, nascença tanto honra ao Brasil, alcançaram seus voos d’águia na mãe-pátria. Com pouca exceção, todos nossos patrícios que se haviam erguido poetas, tinham-se ido inspirar em *terra portuguesa*, na leitura dos velhos livros, e nas grandezas da mãe-pátria. José Basílio e Durão não foram poetas brasileiros como se pensa. Os heróis do *Uruguai* e do *Caramuru* eram portugueses. Não há nada nesses homens que ressumbre brasileiro; nem sequer um brado de homem livre da colônia – nada – até ao canto entusiasta da mocidade ardente de Antônio de Sousa Caldas – até as gritas livres da insurreição do Tiradentes, esse prelúdio de uma orquestra de clamores de guerra ao brilhar das palmas da independência, procelária que aí vinha desgarrada ante o bafo da tormenta. E, contudo, o poeta representante da época, Gonzaga, apesar de todos os louvores do *Parnaso* e do *Plutarco* do Dr. Pereira da Silva, não está muito claramente provado que fosse Brasileiro. Eis portanto: os usos eram os mesmos. Os homens de aquém-mar sentiam como os colonizadores. Fernandes Vieira e Amador Bueno eram a cópia dos guerreiros das Índias. (AZEVEDO, 2000, p.716)

Salientando com tintas fortes que, do ponto de vista da fatura do texto, os poetas brasileiros do período colonial não se diferenciavam dos portugueses, pois “sentiam como portugueses”, possuíam hábitos semelhantes, ao ponto de Gonzaga,²⁰ nascido no Porto, mas incluído no *Parnaso*, de Januário Barbosa, e no *Plutarco*, de Pereira da Silva, ser considerado tão brasileiro como os outros contemporâneos nascidos brasileiros. Para concluir a argumentação, desvincula a performance dos poetas do período do colonial de figuras como Tiradentes e Sousa Caldas, encarados como “esse prelúdio de uma orquestra de clamores de guerra ao brilhar das palmas da independência, procelária que aí vinha desgarrada ante o bafo

²⁰ Se à época pairava certa dúvida, a nacionalidade lusitana de Tomás Antônio Gonzaga foi depois comprovada pela crítica.

da tormenta”. Nesse sentido, os nossos poetas coloniais não se sentem nem como um Tiradentes, preso, enforcado, esquartejado por causa da Conjuração Mineira, nem como um Sousa Caldas, que também foi preso na Inquisição por defender ideias avançadas, e, além de se colocar abertamente contra a tradição greco-latina, “em 1791 escreveu uma extraordinária *Carta*”, conforme palavras de Antonio Candido, onde teceu críticas contundentes ao sistema de educação português (CANDIDO, 1975, v.I, p.204). Para concluir sua argumentação, afasta, então, os poetas coloniais da “procelária que aí vinha desgarrada ante o bafo da tormenta”, e os aproxima de portugueses que, morando aqui, figuram como heróis na história do Brasil por sua lealdade à Coroa lusitana: João Fernandes Vieira, que combateu os holandeses em 1645 e depois nas duas batalhas dos Guararapes (1648 e 1649) e Amador Bueno da Ribeira, quem, sendo aclamado como rei da província de São Paulo, em 1641, “pela população pró-castelhana como reação ao fim da união dinástica entre Portugal e Espanha, recusou a aclamação dando vivas ao rei D. João IV de Portugal”.²¹ Nesse sentido, concordando novamente com Roberto Acízelo de Souza, Álvares de Azevedo “remou contra a maré: ao associar as ideias de pátria e língua portuguesa [...] não rejeita propriamente a brasilidade, mas a inscreve em âmbito mais amplo, numa espécie de panlusitanismo transnacional e universalizante” (SOUZA, 2016, p. 22). O nosso último autor, Machado de Assis, foi decisivo nesse movimento de garantir à literatura brasileira o direito à universalidade das matérias, por oposição ao ponto de vista que pretendia fixar a nacionalidade como um sentimento diferenciado fincado em assunto local. De certa maneira, como veremos a seguir, Machado, em seu famoso ensaio “Notícias sobre a atual literatura brasileira: instinto de nacionalidade”, publicado em 1873, defende que a nacionalidade “se estabelece pela continuidade de uma língua, de costumes, de valores e não por um sentimento diferenciado”, já que, “enquanto dotado de uma gama de sentimentos semelhantes, o homem de todas as partes é igual”, nos diz Luiz Costa Lima (LIMA, 2017, p. 268).

IV

Há uma certa unanimidade entre escritores e estudiosos em considerar a obra crítica de Machado de Assis uma verdadeira virada na apreciação de nossa literatura ainda que a atividade tenha se tornado secundária no conjunto de sua produção intelectual. Isso se deve à agudeza de seus escritos tanto para questões caras à época, como a da nacionalização da literatura, quanto para a própria fatura do texto literário. Em relação àquele aspecto, ele coloca

²¹ Cf. https://pt.wikipedia.org/wiki/Amador_Bueno Consultado em agosto de 2021 e em 30 de junho de 2022.

em xeque o critério de nacionalidade plasmado pela crítica romântica, para julgamento e produção da literatura brasileira; quanto ao outro, refuta a estética realista, defendendo a tese de que “há um limite intransponível entre a realidade, segundo a arte, e a realidade, segundo a natureza” (ASSIS, 1985, v.III, p.813). Ao questionar a crítica romântica, liberou a produção romanesca brasileira, inclusive a dele, da esfera localista; ao se descolar do Realismo, estética dominante na segunda metade do século XIX, defendeu (e praticou em romances e contos) o “exercício consciente e duplo da imaginação e dos meios de expressão de que dispõe todo e qualquer romancista”, conforme chamou a atenção Silviano Santiago, em ensaio escrito em 1969 (SANTIAGO, 1978, p.30). Em sua obra ficcional, essa atitude pode ser comprovada no narrador nada confiável e no seu vaivém narrativo, na fragmentação da composição, na tensão entre o dito e o não-dito, traduzida por gestos, olhares, cochichos e entrelinhas, que abrem para a ambiguidade, para a pluralidade de sentidos do texto machadiano. Paralelo ao que acontece há sempre o que parece que está acontecendo. Esse estilo de “esquivas”, “de ginga”, “de capoeira verbal”, exercitado por Machado, por exemplo, em suas crônicas, mas presente em sua escrita, em geral, como procuraremos mostrar, seria orientado por um princípio que Luiz Costa Lima chama de “constelacional”, que, não se limitando à “versatilidade do narrador” – achado analítico de Roberto Schwarz de grande rentabilidade –, se multiplicaria em sua obra (LIMA, 2002, p.327-339). Segundo Costa Lima, essa escrita regulada pelo princípio constelacional se configuraria a partir de alguns traços: por um lado, verificar-se-ia a adoção de uma linguagem de base auditiva,²² isto é, uma linguagem leve, que dá ao texto machadiano um tom de conversa ao pé de ouvido; por outro, por ser proposital, isto é, a auditividade em Machado, sendo consciente e deliberadamente praticada, potencializa uma função crítico-construtiva.

Configurando-o em linhas gerais, o discurso de base auditiva é aquele que, embora fundado “em moldes escriturais”, arrebatava o receptor não por demonstrar claramente o desenvolvimento das premissas em que se sustenta, mas por “conter uma palavra empolgada,

²² Segundo Costa Lima, o discurso de base auditiva é aquele que, embora fundado “em moldes escriturais”, arrebatava o receptor não por demonstrar claramente o desenvolvimento das premissas em que se sustenta, mas por “conter uma palavra empolgada, entusiasta e logo sentimental, que entrasse mais pelos ouvidos do que exigisse inteligência”. Através desse traço auditivo, característico de nossa cultura e, conseqüentemente, de nossa prática discursiva, podem ser entendidos tanto a debilidade teórica e o dogmatismo estreito de nossa produção crítica, o autoritarismo e o gosto pelas polêmicas de nossos intelectuais oitocentistas (gosto esse que ainda fascina alguns grupos contemporâneos), como certa resistência à reflexão em nosso meio acadêmico em geral. Porém, o fato de ser proposital, a auditividade em Machado faz com que a sua linguagem, não transparente, se opusesse “à linearidade descritiva a seguir, como fiel sombra verbal, os contornos das paisagens e das instituições”. Cf. LIMA, Luiz Costa. Machado: mestre de capoeira. In: _____. *Intervenções*. p. 327-339. _____. Da existência precária: o sistema intelectual no Brasil. In: _____. *Dispersa demanda: ensaios sobre literatura e teoria*. p.3 – 29. _____. Letras à mingua. *Mais! Folha de São Paulo*, 27 de agosto de 2006, p.6.

entusiasta e logo sentimental, que entra mais pelos ouvidos não exigindo inteligência para acompanhá-lo”. Através desse traço auditivo, característico de nossa cultura e, conseqüentemente, de nossa prática discursiva, podem ser entendidos tanto a debilidade teórica e o dogmatismo estreito de nossa produção crítica, o autoritarismo e o gosto pelas polêmicas de nossos intelectuais oitocentistas (gosto esse que ainda fascina alguns grupos contemporâneos), como certa resistência à reflexão em nosso meio acadêmico em geral. Porém, o fato de ser proposital, a auditividade em Machado faz com que a sua linguagem, não transparente, se oponha “à linearidade descritiva a seguir, como fiel sombra verbal, os contornos das paisagens e das instituições”. E continuando, Costa Lima afirma:

O encadeamento proposicional, embora sintaticamente bem estabelecido, é propositalmente solto. Mas, por isso mesmo, seu texto não tem nada de frouxo. Ao contrário, a leitura atenta mostra-o conduzido por um princípio que chamáremos *constelacional*, radicalmente distinto de uma argumentação de cunho linear – cujo modelo seria “se a, b, c, então d”. Por princípio constelacional entendemos a conexão de blocos proposicionais diversos, que, entretanto, se interligam por um motivo comum; este motivo os “ilumina” por uma luz diversa da que seria apropriada a cada bloco. (LIMA, 2002, p. 335) [grifo do autor]

A nossa hipótese é que tal escrita também se encontra em sua produção crítica. Aí, o estilo, que se apresenta através de uma linguagem que se alterna entre “a advertência amiga” e “o aplauso oportuno” (ASSIS, 1985, v.III, p.816), permite-lhe tanto realizar uma reflexão complexa e sofisticada, seja em suas análises panorâmicas, seja naquelas mais pontuais, acerca da literatura, quanto desarticular o dogmatismo estreito que orientaria a argumentação da intelectualidade brasileira oitocentista em prol da especificidade da produção brasileira.

Para observar a hipótese proposta, vejamos os quatro ensaios críticos do autor propostos anteriormente: “O passado, o presente e o futuro da literatura brasileira” (1858), “Notícia da atual literatura brasileira: instinto de nacionalidade” (1873), “Eça de Queirós: O primo Basílio” (1878), “A nova geração” (1879). Como será descrito, mostrando-se tímida no artigo publicado em 1858, essa escrita norteada pelo princípio constelacional consolida-se a partir de “Instinto de nacionalidade”.

De uma perspectiva ampla, o tom do artigo de 1858 não se mostra dissonante com relação à diretriz da época. Postulando a opinião de que literatura e política seriam duas faces distintas, porém complementares, de uma sociedade, Machado de Assis faz um apanhado da nossa literatura a partir do Arcadismo, tendo como critério balizador a nacionalidade. No entanto, se no ensaio o princípio da nacionalidade direciona a avaliação do crítico, o estilo capoeira aí já se faz presente através da alternância entre o elogio e a correção a cada

juízo. Por exemplo, reconhece em Tomás Antônio Gonzaga o talento lírico, mas condena-lhe a Arcádia. Basílio da Gama é elogiado por seu afastamento do modelo europeu, entretanto, nega-lhe a expressão nacional, ao renegar radicalmente a contribuição indígena para a nossa formação: “o que temos nós com essa raça, com esses primitivos habitantes do país se os seus costumes não são a face característica da nossa sociedade?” (ASSI, v.III, p.785). Elogia as odes de José Bonifácio, notificando que teria sido “mais poeta, se fosse menos político” (ASSIS, v.III, p.786). Se afirma que a independência política é condição necessária para se ter uma literatura nacional, logo em seguida lembra a seus contemporâneos que para a literatura “não há gritos de Ipiranga” que a libertem da escravidão, pois a autonomia literária ou intelectual apenas ocorre de forma lenta, uma vez que “as modificações operam-se vagarosamente” (ASSIS, v.III, p.785).

Abandonando o passado da literatura brasileira, Machado analisa o presente para poder prognosticar o futuro. Restringindo-se ao romance e ao teatro, afirma que essas duas formas literárias mostravam-se praticamente inexistentes. Sem citar nomes, já que o ensaio teria como objetivo ser apenas uma visão geral da literatura brasileira, ressalta o esforço e o estudo empreendidos por alguns escritores em relação ao romance e lança-se ao exame do drama. Para o crítico, o teatro brasileiro da época era “um mito, uma quimera”. A invasão de peças francesas tanto atestava a nulidade da forma dramática no Brasil, como representava um entrave para o desenvolvimento das iniciativas tímidas, contudo importantes, de Martins Pena, ou de Joaquim Macedo, ou de José de Alencar. Os grandes responsáveis por esse quadro calamitoso seriam as direções e as empresas teatrais que, na ânsia de obter lucro certo e imediato, não incentivavam as tentativas nacionais, preferindo colocar em cena traduções de peças francesas. Como remover esses obstáculos que impediam a criação nacional? Propõe então um “golpe de estado literário”: a criação de uma reserva de mercado para produções brasileiras e a instituição de “um imposto sobre traduções dramáticas” (ASSIS, v.III, p.789). Ao mesmo tempo em que incentiva as vocações dramáticas a se inspirarem na sociedade, fonte de descoberta de “uma aluvião de tipos e caracteres” (ASSIS, v.III, p.789), aconselha o estudo da escola moderna, mencionando *As mulheres de mármore*, *O mundo equívoco*, *A dama das camélias*. A mera transplantação de peças francesas para os palcos do país levava à decapitação de talentos novos e nacionais. Por outro lado, a posição estreita em face das fontes europeias poderia significar a exclusão da produção literária brasileira do movimento estético ocidental. Nem tanto ao ultramar nem tanto à terra, eis o caminho movediço por que os escritores ou os poetas nacionais deveriam percorrer.

Se, em 1858, o indianismo era visto como falsa expressão da literatura nacional e, por isso mesmo, deveria ser combatido, quinze anos depois em “Notícia sobre a atual literatura brasileira: instinto de nacionalidade”, o crítico Machado de Assis revê essa postura. Aí, polida e habilidosamente, ele tanto problematiza o “instinto de nacionalidade”, apontando a visão limitada e provinciana da intelectualidade da época, quanto questiona o que seria literatura brasileira, localizando os pontos frágeis de nossa produção nos mais diferentes gêneros. De certa maneira, podemos intuir que o autor se auto-anuncia, quando pergunta quem escreverá os romances de “análise de paixões e caracteres” que se mostravam então, no elenco da prosa brasileira, “muito menos comuns” devido à sua dificuldade (ASSIS, 1985, v.III, p.805).

Seguindo a argumentação desenvolvida no ensaio, com relação ao indianismo, o crítico distancia-se simultaneamente da posição assumida em 1858 e da crítica pós-romântica, ao afirmar que tanto seria um “erro constituir-lo um exclusivo patrimônio da literatura brasileira” como “erro igual [seria] certamente a sua absoluta exclusão”, pois “tudo é matéria de poesia, uma vez que traga as condições do belo ou os elementos de que ele se compõe” (ASSIS, v.III, p.802-803). Vale notar que um mesmo motivo – “tudo é matéria de poesia, uma vez que traga as condições do belo ou os elementos de que se compõe” – serve para justificar enganos bem diferentes: o de considerar o indianismo como “exclusivo patrimônio” e o de preterir-lo da literatura brasileira. Por outro lado, quanto à expressão de brasilidade em nossa literatura, seu argumento parte do pressuposto de considerar equivocada a opinião que apenas reconheceria como nacionais as obras que tratassem de assuntos locais. Alternando entre “a advertência amiga” e “o aplauso oportuno”, conforme dito anteriormente, diz que essa doutrina, se louvável numa literatura nascente como a nossa, uma vez que incentivava a tematização da natureza e dos costumes brasileiros, corria o risco de limitar e empobrecer a criação literária. Aprofundando a discussão, usa a obra de Gonçalves Dias. De um lado, composta por *Os Timbiras* e outros poemas americanos; de outro, formada por poemas cujos temas eram universais. Por acaso, seriam esses últimos excluídos da literatura brasileira? Para tornar a questão mais complexa pergunta se *Hamlet*, *Otelo*, *Júlio César* ou ainda *Romeu e Julieta* teriam a ver com a cena ou história inglesa, “e se, entretanto, Shakespeare não [seria], além de um gênio universal, um poeta essencialmente inglês”? Respondendo, Machado declara:

[...] O que se deve exigir do escritor antes de tudo, é *certo sentimento íntimo* (grifo meu), que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço. Um crítico notável da França, analisando há tempos um escritor escocês, Masson, com muito acerto dizia que do mesmo modo que se podia ser bretão sem falar do sempre do tojo, assim Masson era bem escocês, sem

dizer palavra do cardo, e explicava o dito acrescentando que havia nele um scotticismo interior, diverso e melhor do que se fora apenas superficial. (ASSIS, v.III, p.804)

Como um capoeirista, Machado de Assis propõe a interiorização do país e do tempo para a busca de uma feição nacional “que não significasse confinamento temático e superficialidade artística”, como diria Roberto Schwarz (SCHWARZ, 1999, p.151), e garante à literatura brasileira e à sua produção ficcional, desprovida de qualquer elemento pitoresco (CANDIDO, 1987, p.161), o direito à universalidade das matérias, por oposição ao ponto de vista que “só reconhec[ia] espírito nacional nas obras que trata[ssem] de assunto local” (ASSIS, 1985, v.III, p.803). Novamente aí, Machado oferece um motivo comum “certo sentimento íntimo” para interligar dois conjuntos proposicionais bastante diversos: um referente à esfera universal, mais precisamente, ocidental, o escritor, no caso o escritor brasileiro, tornar-se homem de seu tempo; outro relativo à esfera local, o escritor, no caso o brasileiro, ser homem de seu país – Brasil. Cabe ainda salientar que, de modo oblíquo, a fórmula do nacionalismo interno tanto notifica ao poeta brasileiro que compor um poema nacional não é inserir em “seus versos muitos nomes de flores ou aves do país”, como, ao mesmo tempo, questiona a estética realista, já que inventariar a realidade externa “poderia dar [à obra] uma nacionalidade de vocabulário e nada mais” (ASSIS, 1985, v. III, p.807). Se aí os princípios do Realismo não chegam a ser discutidos, de forma explícita, nos outros dois artigos propostos, “Eça de Queirós: *O primo Basílio*” e “A nova geração”, eles serão centrais na argumentação do crítico Machado de Assis.

Em “Eça de Queirós: *O primo Basílio*”, depois de atentar para o “estilo vigoroso e brilhante” do talentoso autor português, já conhecido pelo público brasileiro através das agudas *Farpas*, Machado passa a analisar a produção romanesca de Eça – primeiro, *O crime do Padre Amaro*, romance de estreia, e, em seguida, *O primo Basílio*. Se, em um primeiro momento, faz coro com o público em geral e aplaude o romancista português, no subsequente declara-o como “fiel e aspérrimo discípulo do realismo propagado pelo autor do *Assommoir*” (ASSIS, 1985, v.III, p.903). A inspiração de *O crime do Padre Amado* seria *La faute de l’abbé Mouret*: “situação análoga, iguais tendências; diferença do meio; diferença do desenlace; idêntico estilo; algumas reminiscências, como no capítulo da missa, e outras; enfim, o mesmo título” (ASSIS, 1985, v.III, p.903-904). Embora aponte o débito do autor português para com o francês, isso não significa que conteste “a originalidade do Sr. Eça Queirós”, primeiro “realista sem rebuço, sem atenuações, sem melindres” em língua portuguesa (ASSIS, 1985, v.III, p.904). Por outro lado, essa mesma originalidade do autor d’ *O Crime do Padre Amaro*

“deu motivo ao maior defeito de concepção do romance”: “falta de verdade moral” (ASSIS, 1985, v.III, p. 904). No ensaio “Eça de Queirós: *O primo Basílio*”, a principal crítica de Machado aos romances em pauta é a falta de dramatização da “situação moral” dos personagens, ou seja, o domínio do acessório sobre o absoluto. Tal defeito de concepção teria a ver com a própria escola poética a que o autor português se filiaria: o realismo – estética do inventário, “reprodução fiel e servil das coisas mínimas e ignóbeis”:

[...]A gente de gosto leu o livro com prazer alguns quadros, excelentemente acabados, em que o Sr. Eça de Queirós esquecia por minutos as preocupações da escola; e, ainda nos quadros que lhe destoavam, achou mais de um rasgo feliz, mais de uma expressão verdadeira; a maioria, porém, atirou-se *ao inventário*. *Pois que havia de fazer a maioria, senão admirar a fidelidade de um autor, que não esquece nada, e não oculta nada? Porque a nova poética é isto, e só chegará à perfeição no dia em que disser o número exato dos fios de que compõe um lenço de cambraia ou um esfregão de cozinha.* (ASSIS, 1985, v.III, p.904) [grifo nosso]

O combate à escola realista continua presente no ensaio “A nova geração”, escrito em 1879, onde também aprecia a poesia da época, indicando suas qualidades e defeitos. Quanto ao primeiro aspecto, afirma que “(...) o Realismo, (...) é a negação mesma do princípio da arte”, e que, citando Taine, “se a exata cópia das coisas fosse o fim da arte, o melhor romance seria a reprodução taquigráfica de um processo judicial” (ASSIS, 1985, v.III, p.813). O compromisso com a estética do inventário não seria o único problema que afetaria o Realismo e a geração de poetas e escritores que então surgia. Com relação à nova poesia, Machado reclama da ausência de uma “definição estética” ou “doutrina literária” como fundamento formal de composição. Para ilustrar a censura, apresenta a exposição de Sílvio Romero a respeito da nova poesia feita no prefácio aos *Cantos do Fim do Século*, livro de poesias do crítico sergipano. No seu estilo “de esquivas”, o autor de *Dom Casmurro*, além de revelar a debilidade teórica de Romero, sugere que, em vez de ser expressão de uma nova “aspiração poética”, a sua poesia, formalmente, seria antiga, já que, sendo um meio para ele divulgar idéias científica, filosófica ou política, ela se aproximaria da poesia didática, invenção de Lucrécio, poeta e filósofo latino do século I a.C :

[...] e depois de ter refutado todas as teorias, o Sr. Sílvio Romero conclui que a nova intuição literária nada conterà de dogmático, – será um resultado do espírito geral da crítica contemporânea. Esta definição, que tem a desvantagem de não ser uma definição estética, traz em si uma ideia compreensível, assaz vasta, flexível, e adaptável a um tempo em que o espírito recua os seus horizontes. Mas não basta à poesia ser o resultado geral da crítica do tempo; e sem cair no dogmatismo, era justo afirmar alguma coisa mais. Dizer que a poesia há de corresponder ao tempo em que se desenvolve é somente afirmar uma verdade comum a todos os fenômenos artísticos. Ao demais, há um perigo na definição deste autor, o de cair na poesia

científica, e, por dedução, na poesia didática, aliás inventada desde Lucrecio. (ASSIS, 1985, v. III, p.813)

O estilo capoeira exercitado por Machado imprime em seus escritos críticos algo de alusivo, que, semelhante ao que acontece em sua ficção, exige de seu leitor o uso de “um par de lunetas” para que lhe seja possível perceber “o que for menos claro ou totalmente escuro” na obra (ASSIS, 1985, v.I, 966). Como na ópera, de co-autoria de Deus e Satanás, descrita no capítulo IX de *Dom Casmurro*, cuja beleza e obscuridade de sentido em alguns trechos deve-se ao fato de “o verso [ir] para a direita e a música para a esquerda” (ASSIS, 1985, v.I, p.818), a linguagem adotada nos ensaios, por ser também regulada pelo princípio constelacional, e, por isso se opor à argumentação de cunho linear, permite ao crítico desenvolver uma concepção de literatura (que colocará em prática nos contos e nos romances) que escapa de um entendimento monolítico da produção ficcional na medida em que se coloca em tensão tanto em relação à orientação da crítica romântica que propunha uma concepção de literatura brasileira enquanto expressão de uma nacionalidade estreita apoiada na cor local, quanto em relação ao modelo científico-naturalista dominante à época.

Considerações finais

De acordo com Benedito Nunes, se a literatura, no sentido amplo do termo, começou a existir em terras brasileiras desde o momento em que os portugueses aportaram por aqui em 1500, visto que a chegada ao novo continente foi noticiada ao rei de Portugal através da *Carta de Pero Vaz de Caminha*, escrivão da frota de Pedro Álvares Cabral, apenas três séculos depois, com a independência política do país, proclamada em 7 de setembro de 1822, que foi legitimada sua existência enquanto brasileira. Nesse sentido, conforme as palavras do crítico e teórico paraense, após a autonomia política, “surge no Brasil, concomitantemente à implantação do Romantismo, a sua Historiografia literária, à qual se deve em estreita conexão com o aparecimento de uma Historiografia nacional, aquele reconhecimento legitimador” (NUNES, 1998, p.205). Como se sabe, a separação política incitou a escrita da História, nacional ou literária, procurando resgatar o passado “como uma longa etapa de preparação da nacionalidade, realçando na fase de sujeição as lutas ou os anseios de emancipação” (NUNES, 1998, p.206). Os intelectuais da primeira metade do século XIX tiveram, portanto, um papel fundamental no processo de criação da imagem do Brasil assim como na fundação da historiografia e da literatura brasileiras, já que “tudo o que era escrito segundo os seus princípios passou a ser considerado mais automaticamente brasileiro”, definindo-se assim

“um critério que vinculou a produção literária à construção da nacionalidade” (CANDIDO, 1987, p.175). Esse triplo esforço de construção – imagem, Historiografia e literatura do Brasil –, que pode ser rastreado no debate caloroso que envolveu nossos intelectuais oitocentistas, fez com que o historiador brasileiro, para construir a historiografia literária nacional, privilegiasse os sinais de nativismo, embrião do nacionalismo, que os poetas e escritores coloniais vão entremostrando em suas composições. Nesse sentido, de acordo com Wander Melo Miranda, as histórias da literatura funcionariam como monumentos construídos “pelo acúmulo e empilhamento de figuras cuja atuação histórico-artística, em ordem evolutiva, pretend[eu] retratar a face canônica de uma nação e dar a ela um espelho onde se mirar, embevecida ou orgulhosa de seu amor-próprio e pátrio” (MIRANDA, 2010, p.15). Os textos oitocentistas fundadores da historiografia e da crítica literária brasileiras, imbuídos de uma perspectiva linear e evolutiva, constituíram-se como base para a sedimentação da visão que teríamos sobre nós mesmos. Por outro lado, se o tom dominante desses textos resultava da combinação de nacionalismo com ufanismo, os três autores por nós contemplados mostraram-se como vozes dissonantes na medida em que adotaram uma atitude crítica em relação aos preceitos defensores de um instinto de nacionalidade.

Referências

- ABRAMS, M.H. *O espelho é a lâmpada: teoria romântica e tradição crítica*. Tradução de Alzira Vieira Allegro. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
- ASSIS, Machado. *Obra completa*. v.III. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar S.A., 1985.
- ASSIS, Machado. *Dom Casmurro*. In: _____. *Obra completa*. v.I, Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar S.A., 1985.
- AZEVEDO, Álvares. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar S.A., 2000.
- AZEVEDO, Álvares. *Literatura e civilização em Portugal*. Roberto Acízelo de Souza (Ed.). Rio de Janeiro: Caetés, 2016.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 1º volume (1750-1836). 5 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1975.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 2º volume (1836-1880). 5 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1975.
- CANDIDO, Antonio. O escritor e o público. In: _____. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 7 ed. São Paulo: Ed. Nacional, p.73-88, 1985.
- CUNHA, Cilaine Alves. O poeta enfastiado. Álvares de Azevedo, crítico do romantismo. *Escritos*, Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa. Ano 11, n.11, p.58-71, 2017.
- LIMA, José Inácio de Abreu. Do atraso intelectual do Brasil.[1835] In: SOUZA, Roberto Acízelo (Organização). *Historiografia da literatura brasileira: textos fundadores (1825-1888)*, volume I. Rio de Janeiro: Caetés, p.66-83, 2014.

- LIMA, José Inácio de Abreu. Para a regeneração intelectual do Brasil [1843] In: SOUZA, Roberto Acízelo (Organização). *Historiografia da literatura brasileira: textos fundadores (1825-1888)*, volume I. Rio de Janeiro: Caetés, p.84-87, 2014.
- LIMA, Luiz Costa. *Mímesis e modernidade: formas das sombras*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.
- LIMA, Luiz Costa. Da existência precária: o sistema intelectual no Brasil. In: _____. *Dispersa demanda: ensaios sobre literatura e teoria*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, p.3-29, 1981.
- LIMA, Luiz Costa. Machado: mestre de capoeira. In: _____. *Intervenções*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, p.327-340, 2002.
- LIMA, Luiz Costa. Machado, a palavra que dribla. In: _____. *Mímesis e arredores*. Curitiba: CRV, p.262-270, 2017.
- MERQUIOR, José Guilherme. *De Anchieta a Euclides: breve história da literatura brasileira*. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.
- MIRANDA, Wander. Nações literárias. In: _____. *Nações literárias*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, p.15-24, 2010.
- NUNES, Benedito. Historiografia literária do Brasil. In: _____. *Crivo de papel*. 2 ed. São Paulo: Editora Ática, p. 205-246, 1998.
- RODRIGUES, Thamara de Oliveira. *Sobre a impossibilidade da reconciliação: Abreu e Lima e a negação do passado nacional*. [manuscrito]. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós-graduação em História, 2019. <https://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/12790>
- ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*. Tomo Primeiro; Tomo Segundo. 2 ed. Rio de Janeiro: H. Garnier, Livreiro-Editor, 1903.
- STAËL, Mme.de. *De la littérature*. Édition établie par Gérard Gengembre et Jean Goldzink. Ouvrage publié avec le concours du Centre National des Lettres. Paris, Flammarion, 1991.
- SANTIAGO, Silvano. Retórica da verossimilhança. In: _____. *Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre dependência cultural*. São Paulo: Perspectiva; Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1978.
- STEGAGNO-PICCHIO, Luciana. *História da literatura brasileira*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2004.
- ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*. Tomo Segundo. 2 ed. Rio de Janeiro: H. Garnier, Livreiro-Editor, 1903.
- VERÍSSIMO, José. História da literatura brasileira: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908). 7 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.
- ZILBERMAN, Regina. Críticos e historiadores da literatura: pesquisando a identidade nacional. *Via Atlântica*, USP – Dossiê: Crítica, v.1, n.4, p.18-51, outubro 2000.

Recebido em: 01/08/2022; **Aceito em:** 12/12/2022